

típico, assim como a conduta dolosa ou culposa, esteja em perfeita consonância com o resultado e o nexo causal entre a dita conduta e o evento.

É a correspondência entre o fato praticado pelo agente e a descrição de cada espécie de infração contida na lei penal incriminadora. Consiste, assim, no ajuste perfeito do fato com o tipo, ou seja, na exata correspondência da ação praticada com a descrição legal existente. Onde não há conduta dolosa ou culposa não há crime.

O réu – e isso resta claro –, não agiu com dolo, uma vez que a intenção dele foi dirigida unicamente para fazer [REDACTED] parar de gritar e de morder seu dedo, configurando, dessa forma, a legítima defesa, conforme já amplamente discorrido. Sendo assim ilicitude da sua conduta é excluída (artigo 23, inciso II, do CP)¹⁹.

Por não ter [REDACTED] praticado conduta dolosa (ou culposa) e ilícita, resta insatisfeito dois dos substratos da Teoria do Crime, não havendo outro caminho a ser adotado por Vossa Excelência, senão, a de considerar a ATIPICIDADE DA CONDUTA.

Diante do exposto, o fato atribuído ao Apelante é atípico, jurídico e aceitável (ausência de culpabilidade), razão pela qual o caso é de total inexistência de crime e, por assim ser, a defesa pugna a Vossa Excelência que não permita que o espírito da Lei Maria da Penha seja deturpado, de instrumento de defesa para instrumento de enriquecimento.

5.4 DA TESE ALTERNATIVA - DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL CULPOSA.

¹⁹ Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato:
II - em legítima defesa